



A RESPONSABILIDADE CIVIL PELA DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO PROCESSO DE ADOÇÃO

THE CIVIL RESPONSIBILITY FOR THE RETURN OF CHILDREN AND ADOLESCENTS IN THE ADOPTION PROCESS

Eduardo Matias Krull¹
Cilmara Corrêa de Lima Fante²

RESUMO

Tendo em vista que a adoção é um instituto jurídico que estabelece vínculos familiares irrevogáveis, o presente estudo trata sobre o retorno às instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em processo de adoção, a fim de verificar a responsabilidade civil que recai sobre os pais desistentes. Para tanto, expôs-se a forma como se dá o processo de adoção no país, quais são os seus requisitos e fases, estudando a responsabilidade civil que recai sobre os adotantes que dela desistem, analisando-se, ainda, algumas decisões de Tribunais e do Superior Tribunal de justiça que enfrentaram o tema. Diante disso, verificou-se que a responsabilidade civil em casos de devolução pode recair sobre os pais adotantes, abrangendo vários aspectos, bem como que essas medidas não só compensam danos, mas também promovem consciência sobre a seriedade da adoção e o comprometimento necessário, além de observar que a jurisprudência busca reforçar a prioridade do bem-estar e dos direitos das crianças e dos adolescentes, dada sua condição de seres humanos em desenvolvimento. O estudo aqui realizado fora predominantemente através do método dedutivo, através de análise qualitativa sendo que o material de pesquisa utilizado foi, em sua maioria, bibliográfico, através da seleção de obras literárias e artigos científicos e análise jurisprudencial.

Palavras-Chave: adoção; desistência; abandono; responsabilidade civil.

¹Acadêmico do Curso de Direito da Universidade do Contestado. Campus Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. E-mail: eduardomatiaskrull@gmail.com

²Mestre e Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade do Contestado. Professora no curso de Direito da Universidade do Contestado. Santa Catarina. Advogada. E-mail: cilmarafante@unc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2389-9912>

ABSTRACT

Bearing in mind that adoption is a legal institution that establishes irrevocable family ties, this study deals with the return to institutions that host children and adolescents in the process of adoption, in order to verify the civil liability that falls on the parents who have given up. To this end, the way in which the adoption process takes place in the country was exposed, what are its requirements and phases, studying the civil liability that falls on adopters who give up on it, also analyzing some decisions of Courts and of the Superior Court of Justice that faced the issue. In view of this, it was found that civil liability in cases of return may fall on the adopting parents, covering several aspects, as well as that these measures not only compensate for damages, but also promote awareness about the seriousness of the adoption and the necessary commitment, in addition to It should be noted that the jurisprudence seeks to reinforce the priority of the well-being and rights of children and adolescents, given their status as human beings in development. The study carried out here was predominantly through the deductive method, through qualitative analysis and the research material used was mostly bibliographic, through the selection of literary works and scientific articles and jurisprudential analysis.

Keywords: adoption; withdrawal; abandonment; civil responsibility.

Artigo recebido em: 17/08/2023

Artigo aceito em: 13/09/2023

Artigo publicado em: 29/11/2024

Doi: <https://doi.org/10.24302/acaddir.v6.4975>

1 INTRODUÇÃO

O processo de adoção tem um papel importante no cenário das famílias brasileiras. Muitas pessoas buscam essa alternativa pelo amor e desejo de formar ou aumentar a família, ou pela impossibilidade da concepção de filhos biológicos.

Contudo, pouco se fala acerca dos desconhecidos – mas existentes – casos de abandono dos filhos advindos da adoção. Assim, o presente trabalho debruçar-se-á sobre um relevante ponto: a responsabilidade civil dos pais que desistem e devolvem a criança e adolescente durante o processo de adoção.

Surge aí o problema, uma vez que a adoção, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro é medida irrevogável. Assim, considerando que, uma vez concluído o processo de adoção os laços entre adotante e adotado passam a ser os mesmos de pais e filhos biológicos, faz-se necessário estudar a responsabilidade civil atribuída a esses pais que abandonam, desistem e devolvem os filhos, dado o nítido, direto e

sério impacto na saúde psicológica do adotando, causada por aqueles que possuem o dever de zelar pela saúde dos menores e que, certamente, repercutirão por toda a vida.

Nesse sentido, o presente trabalho buscou, por meio de pesquisas bibliográficas e análise de doutrinas e jurisprudências relevantes, compreender a responsabilidade civil dos pais que desistem da adoção e devolvem a criança e/ou adolescente.

De modo mais específico, no primeiro capítulo aborda-se a forma como se dá o processo de adoção no país, quais são os seus requisitos e quais as fases enfrentadas pelos adotantes até a efetivação do instituto jurídico. No segundo capítulo estuda-se a responsabilidade civil que recai sobre os pais que desistem da adoção e devolvem a criança ou o adolescente às instituições de acolhimento, seja durante o procedimento da adoção e, em alguns casos, após a conclusão do procedimento.

Por fim, no terceiro capítulo foi traçada uma breve análise de alguns julgados do país que enfrentaram o tema da desistência da adoção, sendo observado o modo como decidem os Tribunais a depender do momento em que se dá a desistência.

2 ADOÇÃO: CONCEITO E SEU PROCEDIMENTO

A adoção expressa-se como um ato de amor e generosidade onde uma pessoa ou um casal assume a responsabilidade de cuidar e educar uma criança ou adolescente como se fosse seu próprio filho. Após processo complexo é decretado aos pais adotivos, de forma permanente, os mesmos direitos parentais dos pais biológicos.

Atualmente, as estatísticas do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento do CNJ (SNA), mostram que existem cerca de 35.500 pretendentes à adoção. Em contrapartida, em todo o território nacional, aproximadamente 4.400 crianças estão disponíveis para adoção. Ademais, de acordo com o mesmo sistema, mais de 17 mil crianças foram adotadas desde 2019 (CNJ, 2023).

Este instituto jurídico, atualmente regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei de Adoção, pauta-se na afetividade, pois aquele que escolhe adotar se dispõe a receber pessoa estranha como filho, independentemente da existência de laços biológicos (KATAVATIS, 2022).

Os autores civilistas ensinam que a adoção se mostra como o mais tocante exemplo de filiação socioemocional, psicológica e espiritual, uma vez que ancorada em um profundo vínculo de afeto, o qual integra na dinâmica familiar pessoa muitas vezes desconhecida e com ela cria um laço irreversível de filiação, independentemente de qualquer relação de parentesco biológico entre adotante e adotado (DINIZ, 2022a; GAGLIANO, PAMPLONA FILHO, 2022; MADALENO, 2022). Assim, a adoção é um instituto jurídico calcado exclusivamente na afetividade, no acolhimento de alguém como filho, sendo que não há a mínima distinção entre estes e os biológicos.

Ela se torna um ato jurídico irrevogável, sendo que, uma vez estabelecida a relação paterno-filial, esta perdura para sempre, conforme artigos 41 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)³, 227, §6º, da Constituição Federal⁴, e 39, §1º do ECA⁵.

A adoção é uma opção de amor que visa, antes de qualquer coisa, a criação de um vínculo familiar entre uma criança ou um adolescente vulnerável e uma família disposta a cria-los, educá-los e a dar-lhes amparo e proteção, gerando, assim, aos filhos adotados, os mesmos direitos e deveres constitucionais atribuídos aos biológicos (GONÇALVES; PIAIA, 2023; SANTOS; NASCIMENTO, 2022).

Consubstanciada na demonstração poderosa do poder transformador do amor, que oferece, àqueles que mais precisam, a oportunidade de um lar seguro, amoroso e estável. Parte-se de uma escolha nobre e generosa que traz benefícios duradouros tanto para os pais adotivos quanto para as crianças e adolescente adotadas, proporcionando-lhes uma nova chance de pertencimento e felicidade.

Diferente não poderia ser, uma vez que a legislação brasileira reconhece crianças e adolescentes como titulares de direitos, preocupando-se com a prevenção às violações de seus interesses. Assim, o exercício do poder familiar dirige-se ao benefício dos filhos e não mais aos interesses dos próprios pais, de modo que a

³ A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais (BRASIL, 1990).

⁴ Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação (BRASIL, 1988).

⁵ A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do art. 25 desta Lei (BRASIL, 1990).

criança e o adolescente, anteriormente vistos como um objeto, agora são considerados cidadãos, e seus direitos são importantes para todos (MACIEL, 2013).

No entanto, até que se chegue à efetivação da adoção, isto é, até que seja estabelecido esse vínculo familiar permanente entre adotando e adotado, necessário trilhar um longo caminho e percorrer diversas etapas previstas em nossa legislação.

No entanto, apesar de complexo, procedimento de adoção desempenha um papel fundamental na proteção das crianças, na preparação dos adotantes, no estabelecimento de laços familiares duradouros e no respeito aos direitos de todas as partes envolvidas, tornando-se necessário para garantir que a adoção ocorra de maneira ética, legal e, principalmente, no melhor interesse das crianças e adolescentes.

A respeito do procedimento da adoção, a nossa Carta Magna preceitua que ela deve ser assistida pelo Poder Judiciário, a fim de que sejam averiguadas as reais intenções dos adotantes e asseguradas vantagens aos adotados (GONÇALVES; PIAIA, 2023).

A atuação do Poder Judiciário – tais como o Juízo da Infância e Juventude, o Ministério Público, bem como a equipe multidisciplinar – no procedimento da adoção assegura a proteção dos direitos da criança e dos adolescentes, garantindo a legalidade do processo, a transparência e a imparcialidade, e oferecendo segurança jurídica tanto para adotado quanto para a família adotiva.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez, elenca alguns requisitos que devem ser observados por quem pretende adotar: não ser ascendente ou irmão do adotado, ser, no mínimo, 16 anos mais velho que este e contar com pelo menos 18 anos de idade (BRASIL, 1990).

Em se tratando de adoção conjunta, o mesmo diploma legal prevê a indispensabilidade de casamento civil ou união estável entre os cônjuges. Todavia, é autorizada a adoção conjunta entre divorciados, desde que haja acordo a respeito da guarda e visitas e que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do casamento ou união estável, além da comprovada existência de vínculos de afetividade (BRASIL, 1990).

Preenchidos os requisitos, a formalização do interesse em adotar dá-se por meio da habilitação. Para tanto, deve-se realizar um “pré-cadastro” no SNA (Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento), o que garante um maior controle e celeridade ao

processo. Feito isso, o pretendente deve se dirigir à Vara de Infância e Juventude de sua Comarca, a fim de realizar sua inscrição presencial (KATAVATIS, 2022).

Além disso, conforme artigo 50 do ECA⁶, devem ser mantidos duas espécies de cadastros: um de crianças disponíveis para adoção e outro referente aos interessados em adotar (BRASIL, 1990).

Feito o cadastro e entregue toda a documentação exigida, será realizada uma análise pelo Ministério Público, encaminhando-se o pretendente à avaliação pela equipe multidisciplinar, momento em que serão verificadas todas as informações pertinentes para assegurar o melhor interesse da futura criança ou adolescente que será adotada (SILVA, 2020).

Depois disso, o pretendente à adoção deve, obrigatoriamente, participar do curso de preparação psicossocial e jurídica para adoção (KATAVATIS, 2022). Após, o processo será remetido à nova análise do Ministério Público e posterior decisão judicial.

O deferimento da inscrição ocorrerá somente após oitiva do Ministério Público e consulta aos órgãos técnicos do Juizado da Infância e Juventude, não sendo deferida se verificada a insatisfação dos requisitos legais ou o não oferecimento de condições familiares adequadas pelo adotante (TARTUCE, 2022).

Após o deferimento da inscrição, busca-se, então, uma criança apta à adoção e que se enquadre no perfil indicado pelo adotante. Manifestado o interesse deste, inicia-se a fase chamada de “Estágio de Convivência”.

Durante o estágio de convivência, a criança ou adolescente será entregue às pessoas interessadas em sua adoção, a fim de que seja avaliada a adequação da formação do vínculo parental. Nesse período, pode ocorrer uma aproximação gradual entre eles, possibilitando a análise do relacionamento entre o adotante e os demais membros do núcleo familiar, visando tomar uma decisão quanto à adoção (MATOS; ARAUJO, 2018).

A principal finalidade do estágio de convivência é proporcionar um ambiente de adaptação mútua, no qual a criança possa se familiarizar com a nova família e os adotantes possam se ajustar às necessidades e características da criança. Durante esse período, avalia-se a compatibilidade entre as partes envolvidas, observando a

⁶ A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção.

interação, o desenvolvimento emocional e o bem-estar da criança no novo ambiente familiar.

Acerca do Estágio de Convivência, prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 46⁷, que a medida poderá durar até 90 dias, a depender da idade da criança ou adolescente e das particularidades do caso em questão. Além disso, conforme parágrafo 2º do mesmo artigo⁸, caso seja necessário, referido prazo poderá ser estendido por um período igual, desde que haja uma decisão fundamentada da autoridade judiciária responsável.

A adoção será realizada somente após esse período de convivência com o adotante, cuja duração será determinada pelo Poder Judiciário, levando em consideração as circunstâncias específicas do caso. Durante esse tempo, uma equipe interprofissional multidisciplinar acompanhará a situação e, ao final do período, apresentará um relatório detalhado sobre a adequação da concessão da adoção (ALMEIDA, 2016).

Com o laudo e, ouvidas as partes, estando o Juízo convencido dos benefícios da adoção à criança ou ao adolescente e dos legítimos motivos do adotante, proferirá sentença constituindo o vínculo de filiação, produzindo a adoção os seus efeitos após seu trânsito em julgado (GONÇALVES; PIAIA, 2023).

Transitada em julgado a sentença, a adoção torna-se irrevogável, consoante Art. 39, §1º do ECA. De fato, assim deve ser, a fim de se evitar instabilidades familiares e, também, fraudes sucessórias (FARIAS; ROSENVALD, 2015).

Dessa forma, terminado o processo de adoção, estabelece-se legalmente o vínculo de filiação, com direitos e obrigações para os adotantes e direitos de proteção e cuidado para os adotados. Isso promove a formação de uma nova família, proporcionando um ambiente estável e amoroso para a criança ou o adolescente crescer e se desenvolver.

Porém, apesar do procedimento de adoção e o rigor a ele conferido pela Lei, ainda assim verificam-se no país casos em que ocorre a devolução de crianças e adolescentes adotados.

⁷ A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, observadas a idade da criança ou adolescente e as peculiaridades do caso.

⁸ O prazo máximo estabelecido no caput deste artigo pode ser prorrogado por até igual período, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária.

O processo de seleção e preparação dos adotantes, bem como o acompanhamento adequado pós-adoção, visa minimizar as chances de ocorrerem situações de devolução e garantir que a adoção seja uma experiência positiva e duradoura para todas as partes envolvidas.

No entanto, quando não for possível evitar que essa situação ocorra, pode haver a responsabilização dos pais adotivos. Isso justifica-se porque, embora os casos de desistência não representem a maioria, são situações traumáticas que afetam profundamente a vida desses menores em razão do segundo abandono.

Assim, deve-se estudar de forma mais aprofundada as consequências dessa desistência e as razões que levam à atribuição da responsabilização civil aos adotantes.

3 A RESPONSABILIDADE CIVIL NA DESISTÊNCIA DA ADOÇÃO

A responsabilidade civil é um tema de grande importância no campo jurídico, pois tem como objetivo assegurar a reparação dos danos causados a terceiros devido a uma conduta ilícita. Trata-se de uma obrigação jurídica secundária que surge quando ocorre a violação de um dever jurídico preexistente (SANTOS; NASCIMENTO, 2022).

Em nosso Ordenamento Jurídico, o artigo 927 do Código Civil de 2002⁹ estabelece que aquele que causar dano a outra pessoa, por meio de um ato ilícito, tem a obrigação de repará-lo.

Braga Netto, Farias e Rosenvald (2017) observam que, para o direito Civil, a responsabilidade civil conceitua-se valendo-se do seu sentido clássico: como sendo a obrigação de reparar os danos que, por nossa culpa, causamos e, em alguns casos, aqueles danos definidos por lei.

Maria Helena Diniz (2022b) ensina que ela é a imposição de medidas que obrigam o sujeito causador do dano, moral ou material, a compensá-los, seja o ato danoso causado por ações próprias, de indivíduos pelos quais ele é responsável, ou em razão de situações envolvendo objetos ou animais sob sua supervisão, seja por mera imposição de Lei.

⁹ Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. (BRASIL, 2002).

Para Gonçalves (2019, p. 45), “a responsabilidade civil se assenta, segundo a teoria clássica, em três pressupostos: um dano, a culpa do autor do dano e a relação de causalidade entre o fato culposo e o mesmo dano.”

Assim, para a caracterização da responsabilidade civil e para que se chegue a efetiva obrigação de reparar o dano são necessários três requisitos: a existência do dano, propriamente dita – o qual é causado por uma ação ou omissão –, a culpa e o que conceitua-se como “nexo causal”.

O dano é a lesão causada a um interesse passível de tutela, seja um interesse individual ou coletivo, patrimonial ou não (BRAGA NETTO; FARIAS; ROSENVALD, 2017). Ele refere-se a qualquer prejuízo, lesão ou violação de direitos sofridos por uma pessoa, sejam eles de cunho material, moral ou estético.

Acerca da culpa, importante ressaltar que a responsabilidade civil pode ser dividida em responsabilidade objetiva e subjetiva. Na objetiva é dispensada a comprovação do elemento culpa, dado que ela é presumida pela Lei, bastando apenas a comprovação da existência do nexo causal (KATAVATIS, 2022).

Na responsabilidade civil subjetiva, a lesão causada pela prática do ato ilícito, por si só, não gera o dever de indenizar, motivo pelo qual a culpa deverá ser observada, dado que ela não é presumida (GONÇALVES, 2019; KATAVATIS, 2022).

Adentrando no conceito de culpa, a lição de Maria Helena Diniz (2022b, p. 25):

A culpa em sentido amplo, como violação de um dever jurídico, imputável a alguém, em decorrência de fato intencional ou de omissão de diligência ou cautela, compreende: o dolo, que é a violação intencional do dever jurídico, e a culpa em sentido estrito, caracterizada pela imperícia, imprudência ou negligência, sem qualquer deliberação de violar um dever.

Ou seja, a culpa pode ser entendida de dois modos: em sentido amplo e em sentido estrito. No primeiro caso, estão englobados tanto o dolo, que aqui é entendido como a intenção consciente de causar um dano e prejudicar outra pessoa por meio de uma ação ou omissão voluntária – consoante disposto no artigo 186 do Código Civil¹⁰ –, quanto a culpa em sentido estrito (TARTUCE, 2023).

Quanto a essa última, trata-se do desrespeito a um dever já existente ou à violação dos direitos subjetivos de outra pessoa. Tal situação ocorre quando alguém

¹⁰ Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito (BRASIL, 2002).

age em oposição às expectativas de conduta geralmente aceitas, agindo de forma negligente, imprudente ou imperita (TARTUCE, 2023).

Por sua vez, o nexo causal é compreendido como sendo a ligação entre a ação ou omissão do agente e o dano causado, ou seja, é “um elemento referencial entre a conduta e o resultado” (CAVALIERI FILHO, 2021, p. 84).

Tartuce (2023) ensina que o nexo de causalidade é um elo imaterial que liga dois pontos: a conduta praticada pelo agente responsável e o resultado danoso causado, isto é, a que estabelece a relação de causa e efeito entre o primeiro e o segundo.

A responsabilidade civil depende da existência de uma ligação direta entre o dano ocorrido e a ação que o causou (DINIZ, 2022b). E justamente à essa ligação que a Doutrina atribui o nome de nexo de causalidade.

Nesse contexto, importante ressaltar que a responsabilidade civil, estudada nos parágrafos anteriores, repercute, também, no instituto jurídico da adoção, principalmente nos casos de sua desistência.

Essa problemática, além de ser um tema bastante sensível, é ainda pouco pesquisada em nosso país (MATOS; ARAUJO, 2018), de forma que não há dados oficiais a seu respeito.

A chamada “devolução” da criança ou adolescente acontece quando os adotantes e/ou pais adotivos, por diferentes motivos, decidem desistir da adoção e retornar a criança ou o adolescente aos cuidados do sistema de proteção à infância durante o procedimento ou, em alguns casos, até mesmo depois do transitado em julgado da sentença de decretação da adoção.

Todavia, após concluído o processo de adoção, a devolução não possui nenhum amparo legal, conforme explica Pereira (2022, p. 474):

Não há nenhuma previsão legal de ‘desadoção’. Uma vez filho, adotado ou não, será para sempre, já que filhos e pais mesmo depois da morte permanecem vivos dentro de nós. Não há hipótese da revogação da adoção, adoção inexistente, nula ou anulável, como se pode dizer na formação de uma família conjugal pela via do casamento.

Nesta perspectiva, possível observar a ilicitude da devolução dos filhos adotados, uma vez que “[...] a ilicitude nasce, fundamentalmente, de uma contrariedade ao direito, por se configurar em situações nas quais é detectada uma

violação da ordem jurídica. Esse é o seu dado objetivo: a antijuridicidade.” (BRAGA NETTO; FARIAS; ROSENVALD, 2017, p. 149).

Sendo a filiação adotiva irrevogável, tal como a biológica, não há como dela desistir, sendo a “devolução” um ato ilícito, isto é, contrário à legislação vigente. Se não se devolvem filhos biológicos ao útero materno, também não se podem devolver filhos adotivos à Justiça (THOMÉ, 2018).

Nesse sentido, essa “devolução” passa a ser entendida como um “reabandono”, uma vez que a criança ou o adolescente que já haviam sido entregues à adoção pelos pais biológicos são novamente abandonados pelos adotivos, o que agrava ainda mais os danos experimentados (KATAVATIS, 2022; THOMÉ, 2018).

Não se pode olvidar que as consequências causadas aos menores são enormes, dado que para muitos essa segunda rejeição faz com que revivam novamente toda uma situação de desamparo e abandono (MATOS; ARAUJO, 2018).

A criança e o adolescente não se sentem apenas culpados por não serem desejados pela família, mas sentem-se, muitas vezes, envergonhados e humilhados por ter que voltar, o que é tanto mais prejudicial quanto maior for o período entre a saída do abrigo e o retorno (GONÇALVES; PIAIA, 2023).

Não bastasse o imediato dano causado por esse segundo abandono, deve-se levar em consideração que essa atitude pode, ainda, gerar efeitos sociais prejudiciais, uma vez que, ficando as crianças em abrigos por longos períodos de tempo, suas oportunidades de novas adoções acabam diminuindo. Assim, à medida que se aproximam da idade adulta e deixam os abrigos, tornam-se pessoas vulneráveis, aumentando, desse modo, a desigualdade social (KATAVATIS, 2022).

Ademais, é preciso observar que a filiação adotiva é intencionalmente planejada e perpassa todo um burocrático processo de adoção (GAGLIANO; BARRETTO, 2021).

Ela não se resume a uma única escolha ou a um ato meramente formal, mas, como visto, a um longo caminho, de modo que, ao optarem pelo processo de adoção, os pais adotivos passam por uma jornada que envolve reflexão, preparação e um compromisso afetivo e jurídico duradouro.

Na adoção, assim como em qualquer relação familiar, podem ocorrer conflitos, dificuldades de aprendizado, traumas e comportamentos desafiadores (BERTONCINI; CAMPIDELLI, 2018).

Os diferentes motivos empregados para justificar a desistência da adoção, que vão desde problemas com a convivência, a inadaptação entre os membros da família, o posterior nascimento de um filho biológico, até problemas cotidianos (GONÇALVES; PIAIA, 2023), não são válidos para tirar dos adotantes a responsabilidade pela devolução do filho adotivo.

Crianças e adolescentes têm potencial para mudar e se desenvolver quando educados com paciência, empatia e um comprometimento de verdadeiros pais, motivo pelo qual deve-se considerar, também, a falta de disposição dos adotantes em se reconectar com os filhos (BERTONCINI; CAMPIDELLI, 2018).

O adotando, que não escolheu estar na condição de institucionalizado, muito menos optaria por enfrentar um novo abandono, diferentemente do adotante, que livremente escolhe percorrer todo o processo de adoção (KATAVATIS, 2022).

Assim, pode a responsabilidade civil recair sobre os adotantes, tendo em vista os danos causados às crianças e aos adolescentes, os quais não se tratam de objetos ou bens de consumo, mas sujeitos de direitos.

Os seres humanos, incluindo todos os seres racionais, possuem um valor absoluto e intrínseco, sendo considerados fins em si mesmos e não meros objetos que possam ser utilizados de forma arbitrária de acordo com a vontade de outro (SANDEL, 2012).

Ademais, no processo de adoção, a criança ou o adolescente são a parte mais vulnerável, uma vez que carregam consigo uma carga emocional significativa de sofrimentos decorrentes do abandono afetivo pelos pais biológicos (GONÇALVES; PIAIA, 2023).

Nesse sentido, o instituto jurídico da adoção orienta-se pelo princípio da proteção integral da criança e do adolescente, o qual foi legitimado nos artigos 227 da Constituição¹¹ e 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente¹².

¹¹ É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

¹² A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990).

Sob a ótica desse princípio, a criança e o adolescente devem ser tratados como sujeitos de direitos e possuidores de uma identidade própria e social, além de ter os seus interesses sobrepostos aos dos demais (PEREIRA, 2022).

Deve-se buscar, primordialmente, tanto na legislação quanto na sua aplicação e também em políticas públicas e sociais, e ainda mais no processo de adoção, a proteção dos direitos e interesses da criança e do adolescente, assegurando-lhes um ambiente saudável e seguro para que possam crescer, uma vez que são seres humanos em desenvolvimento e devem ter sua dignidade de pessoa humana respeitada.

Assim, presentes os requisitos da responsabilidade civil no ato de desistir da adoção: o dano causado pelo sofrimento do menor, o nexo causal decorrente do vínculo familiar estabelecido entre as partes e a ação ou omissão voluntária por parte dos adotantes ao não cumprir com suas responsabilidades parentais (GONÇALVES; PIAIA, 2023).

Não podem os pais renunciar à essa responsabilidade que lhes foi atribuída no momento em que adotaram, consoante ensinamento de Gagliano e Barretto (2021, p. 53):

[...] a 'devolução fática' de filho já adotado caracteriza ilícito civil, capaz de suscitar amplo dever de indenizar, e, potencialmente, também, um ilícito penal (abandono de incapaz, previsto no art. 133 do CP), sem prejuízo de se poder defender, para além da impossibilidade de nova habilitação no cadastro, a manutenção da obrigação alimentar, uma vez que os adotantes não podem simplesmente renunciar ao poder familiar e às obrigações civis daí decorrentes.

Por essa razão, razoável que os adotantes sejam responsabilizados por sua conduta, incluindo a exclusão do cadastro de adoção e a proibição de se habilitarem novamente, conforme estipulado pelo artigo 197-E, §5º, do Estatuto da Criança e do Adolescente¹³.

A devolução da criança e do adolescente viola os seus direitos personalíssimos, isto é, a sua dignidade pessoal, especialmente sua honra subjetiva,

¹³ A desistência do pretendente em relação à guarda para fins de adoção ou a devolução da criança ou do adolescente depois do trânsito em julgado da sentença de adoção importará na sua exclusão dos cadastros de adoção e na vedação de renovação da habilitação, salvo decisão judicial fundamentada, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação vigente (BRASIL, 1990).

motivo pelo qual recai sobre os adotantes a responsabilidade pelos danos morais causados (KATAVATIS, 2022).

Ainda, pode-se incluir na responsabilização civil imposta aos pais adotivos a obrigação de continuar prestando alimentos, além da obrigação de custear eventuais tratamentos psicológicos necessários para a recuperação emocional da criança e do adolescente (MATOS; ARAUJO, 2018).

Adotar é como semear sementes de amor na terra, porém, deve ser feito com a máxima responsabilidade e consciência de que qualquer relação entre pais e filhos, independentemente de sua origem, traz implícito desafios que exigem paciência, resiliência e cuidado para serem superados (GAGLIANO; BARRETTO, 2021).

Ao optar pela adoção, os pais assumem, além de obrigações afetivas, obrigações educacionais e materiais, de modo que a conduta é totalmente contrária à finalidade protetiva da adoção e dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

4 ANÁLISE JURISPRUDENCIAL SOBRE A DESISTÊNCIA DA ADOÇÃO

Acerca do tema no âmbito do Poder Judiciário, este já alcançou diversos Tribunais de Justiça pelo país, chegando até o Superior Tribunal de Justiça. Dos julgados nacionais, verifica-se que a incidência da responsabilização civil pela desistência da adoção varia a depender da fase do processo em que ocorre.

Quando no estágio de convivência, por meio do qual o adotado passará alguns dias com os adotantes, ainda sem sair de forma definitiva do abrigo, estes poderão desistir do processo de adoção sem que se incorra em responsabilização.

Nesse sentido já decidiu o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, o qual entendeu que a desistência da adoção durante o estágio de convivência não configura ato ilícito passível de indenização:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PEDIDO DE ARBITRAMENTO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. ABUSO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA. DESISTÊNCIA DA ADOÇÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. Considerando que a função do estágio de convivência é, justamente, buscar a adaptabilidade do(s) menor(es) ao(s) adotante(s) e deste(s) à(s) criança(s), quando esta adaptação não ocorre e há desistência da adoção durante este período, não há configuração de qualquer ato ilícito ensejador de dano moral ou material.

Assim, deve ser mantida a sentença de improcedência. APELAÇÃO DESPROVIDA, POR MAIORIA (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

No caso em questão, o estágio de convivência durou pouco mais de 20 dias, não se verificando nenhum prejuízo à criança. Assim ao considerar que o período de convivência é destinado a verificar a criação de vínculos entre adotante e adotado, bem como a viabilidade da adoção, não reconheceu, no caso em específico, a prática de qualquer ato ilícito por parte dos adotantes.

No entanto, de forma excepcional, verifica-se, por meio da jurisprudência, a possibilidade de responsabilização dos adotantes desistentes mesmo tendo a desistência ocorrido no período do estágio de convivência. Para tanto, necessário que o estágio tenha ocorrido na residência dos adotantes por período de tempo suficiente para a caracterização do vínculo familiar e desde que seja demonstrada a ocorrência de dano ao menor e a culpa dos adotantes.

Tanto é assim, que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina já proferiu decisão nesse sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO AFORADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. ALIMENTOS RESSARCITÓRIOS. DEVOLUÇÃO DE INFANTE ADOTANDO DURANTE ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA. INDENIZAÇÃO PLAUSÍVEL DESDE QUE CONSTATADA CULPA DOS ADOTANTES E DANO AO ADOTANDO. CIRCUNSTÂNCIAS PRESENTES NA HIPÓTESE. CRIANÇA COM 9 ANOS DE IDADE À ÉPOCA DOS FATOS. PAIS BIOLÓGICOS DESTITUÍDOS DO PODER FAMILIAR EM 2016. GUARDA PROVISÓRIA DEFERIDA AO AGRAVANTE EM OUTUBRO DO MESMO ANO. AGRAVANTE DECIDIDO A PROSSEGUIR COM A ADOÇÃO MESMO APÓS RECENTE DIVÓRCIO. INÍCIO DA APROXIMAÇÃO PROMISSOR. FORMAÇÃO DE VÍNCULO ENTRE ADOTANTE E ADOTANDO E INSERÇÃO NO SEIO FAMILIAR. MUDANÇA DE CENÁRIO APÓS INÍCIO DE NOVO RELACIONAMENTO [...]. DEVOLUÇÃO DO MENINO À INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO APÓS QUASE 1 ANO DE CONVIVÊNCIA. INFANTE ATUALMENTE COM 11 ANOS DE IDADE. FRUSTRAÇÃO E POSSÍVEL TRAUMA PSICOLÓGICO DECORRENTES DA REJEIÇÃO. DIMINUIÇÃO DAS CHANCES DE SER ADOTADO EM VIRTUDE DA IDADE ATUAL E ESTIGMA DE "CRIANÇA DEVOLVIDA". ALIMENTOS RESSARCITÓRIOS PROVISÓRIOS DEVIDOS PARA CUSTEAR TRATAMENTOS PSICOLÓGICOS E DEMAIS QUE SE FAÇAM NECESSÁRIOS. [...]. (SANTA CATARINA, 2019).

Diferentemente do julgado anterior, aqui, o adotando conviveu com o adotante por quase um ano, tendo sido criados fortes vínculos entre pai e filho no início do estágio de convivência.

Contudo, após o adotante assumir um relacionamento, a relação com o filho fragilizou-se, sendo que, em dado momento, o menor chegou a ser excluído do convívio familiar e sequer reconhecido como filho pelo adotante.

Dessa forma, reconheceu o relator tanto a conduta negligente do adotante quanto a existência de danos suportados pelo adotando, motivo pelo qual fixou a obrigação do pai desistente em prestar alimentos ao menor.

No mesmo sentido o STJ (Superior Tribunal de Justiça), em decisão nos autos do Recurso Especial nº 1.981.131/MS, julgado em 2022, de relatoria do Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, reconheceu a configuração de dano moral em decorrência da ruptura abrupta do vínculo afetivo por meio da desistência de adoção depois de longo período de convivência:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RESPONSABILIDADE CIVIL. DESISTÊNCIA DE ADOÇÃO DEPOIS DE LONGO PERÍODO DE CONVIVÊNCIA. RUPTURA ABRUPTA DO VÍNCULO AFETIVO. DANO MORAL CONFIGURADO. REVISÃO DO "QUANTUM" COMPENSATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. VALOR QUE NÃO É EXORBITANTE. SÚMULA 07/STJ. 1. Controvérsia acerca do cabimento da responsabilização civil de casal de adotantes que desistiram da adoção no curso do estágio de convivência pelo dano moral causado ao adotando. 2. Fundamentação recursal deficiente em relação aos artigos 46, 47 199-A, da Lei n.º 8.069/90, por ausência de correlação destes dispositivos com os fundamentos desenvolvidos, atraindo o óbice do enunciado da Súmula 284/SSTF. [...] 5. Hipótese dos autos em que o adotando passou a conviver com os pretendentes adotantes aos quatro anos de idade, permanecendo sob a guarda destes por quase oito anos, quando foi devolvido a uma instituição acolhedora. 6. Indubitável constituição, a partir do longo período de convivência, de sólido vínculo afetivo, há muito tempo reconhecido como valor jurídico pelo ordenamento. 7. Possibilidade de desistência da adoção durante o estágio de convivência, prevista no art. 46, da Lei n.º 8.069/90, que não exime os adotantes de agirem em conformidade com a finalidade social deste direito subjetivo, sob pena de restar configurado o abuso, uma vez que assumiram voluntariamente os riscos e as dificuldades inerentes à adoção. 8. Desistência tardia que causou ao adotando dor, angústia e sentimento de abandono, sobretudo porque já havia construído uma identidade em relação ao casal de adotantes e estava bem adaptado ao ambiente familiar, possuindo a legítima expectativa de que não haveria ruptura da convivência com estes, como reconhecido no acórdão recorrido. 9. Conduta dos adotantes que faz consubstanciado o dano moral indenizável, com respaldo na orientação jurisprudencial desta Corte Superior, que tem reconhecido o direito a indenização nos casos de abandono afetivo [...] (BRASIL, 2022).

Em suas razões, os recorrentes sustentaram que a devolução do infante não configura a prática de ilícito cível, uma vez que o Estatuto da Criança e do Adolescente dispunha, antes das modificações trazidas pela Lei federal nº 13.509/2017, que o

tempo de duração do estágio de convivência seria definido pela autoridade judiciária, considerando as peculiaridades de cada caso (BRASIL, 2022).

Contudo, enquanto o menor vivia no seio familiar com os recorrentes, o art. 46 do ECA, com o advento da Lei federal nº 13.509/2017, passou a dispor que a adoção seria precedida pelo estágio de convivência que duraria, no máximo, de 90 dias, observando a idade do adotando e as peculiaridades do caso (BRASIL, 1990).

No caso em epígrafe, o menor passou a residir com os recorrentes quando possuía ainda quatro anos de idade, sendo devolvida à instituição acolhedora após oito anos, quando, conforme o acórdão recorrido, o adolescente já tinha desenvolvido uma identidade em relação ao casal requerente e estava bem adaptado ao ambiente familiar, possuindo, portanto, uma justa expectativa de que a convivência com eles não seria interrompida (BRASIL, 2022).

Dessa maneira, a Corte Superior de Justiça reconheceu a ocorrência de ato contrário ao direito, bem como a causa de dor, angústia e sentimento de abandono ao adolescente, restando caracterizado o dano moral (BRASIL, 2022).

Isso porque, segundo o relator, o período de convivência entre os adotantes e o adotado deu origem a um laço afetivo que vai além de uma simples relação, tendo, em verdade, sido formada uma família, unida por fortes conexões emocionais, especialmente na perspectiva do adotado, o que é fundamental, visto que o direito à convivência familiar é uma das prioridades absolutas que devem ser garantidas a crianças e adolescentes (BRASIL, 2022).

Da mesma forma, concluiu que o enfrentamento de dificuldades e decepções faz parte da jornada da paternidade e maternidade, não sendo adequado debater as razões que levaram os apelantes a agir da maneira como agiram, pois não há justificativa válida para o abandono de um filho, seja ele biológico, adotivo ou socioafetivo, dada a equiparação Constitucional entre os filhos (BRASIL, 2022).

De outro norte, após a sentença de adoção transitar em julgado, esta se torna irrevogável, de modo que não existe previsão legal para a “desadoção”, sendo impossível renunciar à autoridade parental ou às obrigações civis advindas do poder familiar.

Nesse sentido foi a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que reconheceu a responsabilidade civil dos pais que desistiram da adoção 5 meses após o trânsito em julgado do processo:

RESPONSABILIDADE CIVIL PELA DEVOLUÇÃO DE CRIANÇA ADOTADA – Indenização moral e material em razão da reversão da adoção por pedido dos pais adotivos – A postura adotada pelos requeridos, os quais, mesmo conhecendo a irreversibilidade do ato, agem de forma contrária ao instituto da adoção e à dignidade da adotada, devolvendo-a ao abrigo, denota inegável ato ilícito e a perda de uma chance – Inteligência dos artigos 186, 187, 927, todos, do Código Civil – Responsabilidade em indenizar que se opera pela simples quebra da expectativa produzida na adolescente – Ofensa à personalidade e dignidade – Dano moral in re ipsa – Valor da indenização bem fixado, considerando a condição econômica das partes- Juros de mora a contar da data do ilícito-sentença mantida-recurso improvido. (SÃO PAULO, 2023).

No presente julgado, apesar da relatora ter reconhecido os desafios relacionados à integração familiar na adoção tardia, asseverou ser inaceitável a atitude dos pais em agir de forma irresponsável em relação à decisão de adotar, não compreendendo que estão lidando com um ser humano e que ações negligentes podem causar danos irreparáveis ao adotando (SÃO PAULO, 2023).

Ainda, sustentou que as atitudes empreendidas pelos adotantes, que agiram contrariamente aos princípios da adoção e à dignidade do adotado, devolvendo a adolescente ao abrigo mesmo cientes da irreversibilidade do ato, constituem um comportamento ilícito, além de caracterizar a perda de uma oportunidade, motivo pelo qual devem ser responsabilizados civilmente (SÃO PAULO, 2023).

Da mesma forma entendeu o Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 1.698.728, oriundo do Mato Grosso do Sul, julgado no ano de 2021, cujo acórdão é de relatoria da Ministra Nancy Andrighi, o qual reconheceu a ocorrência de dano moral causado a menor adotada que foi devolvida à instituição de acolhimento após a conclusão do processo de adoção:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. ADOÇÃO. DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR E ABANDONO AFETIVO. CABIMENTO. EXAME DAS ESPECÍFICAS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS DA HIPÓTESE. CRIANÇA EM IDADE AVANÇADA E PAIS ADOTIVOS IDOSOS. AUSÊNCIA DE VEDAÇÃO LEGAL QUE DEVE SER COMPATIBILIZADA COM O RISCO ACENTUADO DE INSUCESSO DA ADOÇÃO. NOTÓRIA DIFERENÇA GERACIONAL. NECESSIDADE DE CUIDADOS ESPECIAIS E DIFERENCIADOS. PROVÁVEL AUSÊNCIA DE DISPOSIÇÃO OU PREPARAÇÃO DOS PAIS. ATO DE ADOÇÃO DE CRIANÇA EM AVANÇADA IDADE QUE, CONQUANTO LOUVÁVEL E NOBRE, DEVE SER NORTEADO PELA PONDERAÇÃO, CONVICÇÃO E RAZÃO. CONSEQUÊNCIAS GRAVES AOS ADOTANTES E AO ADOTADO. PAPEL DO ESTADO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO DE ADOÇÃO. CONTROLE DO ÍMPETO DOS ADOTANTES. ZELO PELA RACIONALIDADE E EFICIÊNCIA DA POLÍTICA PÚBLICA DE ADOÇÃO. FALHA DAS ETAPAS DE VERIFICAÇÃO DA APTIDÃO DOS PAIS

ADOTIVOS E DE CONTROLE DO BENEFÍCIO DA ADOÇÃO. FATO QUE NÃO ELIMINA A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PAIS QUE PRATICARAM ATOS CONCRETOS E EFICAZES PARA DEVOLUÇÃO DA FILHA ADOTADA AO ACOLHIMENTO. CONDENAÇÃO DOS ADOTANTES A REPARAR OS DANOS MORAIS CAUSADOS À CRIANÇA. POSSIBILIDADE. CULPA CONFIGURADA. IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL [...]. CONDENAÇÃO DOS PAIS DESTITUÍDOS A PAGAR ALIMENTOS. POSSIBILIDADE. ROMPIMENTO DO PODER DE GESTÃO DA VIDA DO FILHO, MAS NÃO DO VÍNCULO DE PARENTESCO. MAIORIDADE CIVIL DA FILHA. FATO NOVO RELEVANTE. RETORNO DO PROCESSO AO TRIBUNAL COM DETERMINAÇÃO DE CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA. OBSERVÂNCIA DO BINÔMIO NECESSIDADE DA ALIMENTADA E POSSIBILIDADE DOS ALIMENTANTES. [...] (BRASIL, 2021).

O caso em tela trata da adoção de uma criança com 9 anos de idade por um casal de idosos, que já possuía um filho biológico de 30 anos. Devido a conflitos familiares, por não ter interesse em resolvê-los, os pais adotivos pretendiam entregar a filha à uma instituição de acolhimento.

No caso, mesmo tendo sido verificadas falhas nas etapas de verificação da aptidão dos pais adotivos e no controle da adoção, o que foi levado em consideração para aferir o grau de culpa dos pais desistentes, isso não foi suficiente para afastar, por completo, a sua responsabilidade civil.

A série de atos realizados pelos pais no caso em concreto culminou na reintegração da criança ao sistema de acolhimento institucional após a adoção, resultando em danos morais evidentes à filha adotada, dado que, ao planejaram sua devolução ao sistema de acolhimento, empreenderam ações concretas e efetivas para alcançar tal objetivo (BRASIL, 2021).

Além disso, sustentou a ministra que, mesmo após a destituição do poder familiar, os pais podem, também, ser obrigados a prestar assistência material à prole, pois a destituição apenas remove dos pais a autoridade concedida para administrar a vida dos filhos, não rompendo o vínculo de parentesco (BRASIL, 2021).

Assim, além da decisão reconhecer a possibilidade de indenização pelos danos morais causados à filha adotada, reconheceu, também, a possibilidade de condenação dos pais em prestar-lhe alimentos, determinando-se o retorno dos autos ao Tribunal de Origem a fim de verificar a efetiva necessidade da prestação material.

Por fim, entendeu a relatora do acórdão que a não punição dos pais adotivos se mostraria como um consentimento do sistema judiciário com uma ação que vai contra os princípios legais, arrazoando que “o filho decorrente da adoção não é uma

espécie de produto que se escolhe na prateleira e que pode ser devolvido se se constatar a existência de vícios ocultos.” (BRASIL, 2021, p. 3).

Em síntese, os diversos julgados analisados demonstram que a questão da responsabilização civil pela desistência da adoção se mostra complexa e depende de uma série de fatores, incluindo a fase do processo em que ocorre a desistência, o tempo de convivência entre adotante e adotado, a existência de vínculos afetivos, a ocorrência de danos ao adotado e a culpa do adotante.

As decisões judiciais analisadas também enfatizam a importância de zelar pelo bem-estar das crianças e adolescentes, priorizando a proteção dos direitos e a dignidade deles. Em casos de adoção, a responsabilidade dos pais adotivos vai além das questões legais, envolvendo o compromisso moral e emocional de proporcionar um ambiente estável e amoroso para o adotado.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa desenvolvida observou que a adoção é um ato de amor que envolve o acolhimento de crianças e adolescentes como filhos próprios, independentemente de laços biológicos, sendo um processo complexo e burocrático no Brasil, uma vez que visa a segurança das crianças e dos adolescentes e o estabelecimento de vínculos familiares sólidos e responsáveis.

Mesmo assim, casos de devolução ocorrem, o que resulta na possível responsabilidade dos pais adotivos, os quais assumem um compromisso irreversível, pautado no princípio da proteção integral e que busca garantir um ambiente de amor e respeito ao filho adotado, de modo que a desistência da adoção, por vezes, viola não apenas direitos, mas também princípios éticos e jurídicos.

Os objetivos do estudo foram alcançados, visto que foi possível explorar o procedimento de adoção e como ele se dá em nosso ordenamento jurídico, estudar a responsabilidade civil dos pais que desistem da adoção, além de perpassar por alguns julgados de nosso país.

Com isso, foi possível constatar que a responsabilidade civil nos casos de devolução de adoção pode recair sobre os pais adotantes e abranger diversos aspectos, como a compensação dos danos morais sofridos pela criança ou

adolescente, o custeio de tratamentos psicológicos para a recuperação emocional e a manutenção da obrigação alimentar.

Nesse sentido, observou-se que essas medidas buscam não apenas compensar o dano causado, mas também promover a conscientização sobre a seriedade do ato de adoção e a necessidade de comprometimento e responsabilidade.

Além disso, foi possível verificar que os Tribunais do país, e também o Superior Tribunal de Justiça, reforçam, em seus julgados, a importância de se considerar, como prioridade máxima, o bem-estar e os direitos das crianças e dos adolescentes, visto que se tratam de seres humanos em desenvolvimento e, como tal, devem ter sua dignidade respeitada.

Assim, conclui-se, que esse estudo contribui não apenas para a compreensão da responsabilidade civil dos pais adotivos e dos aspectos legais, éticos e sociais envolvidos no contexto da desistência da adoção, mas também ressalta a importância de um compromisso verdadeiro e responsável ao adotar, visando sempre o melhor interesse e a integral proteção das crianças e dos adolescentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juvencio. Estatísticas do cadastro nacional de adoção no Brasil: uma análise crítica. **Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 43-66, nov.-dez. 2016. Disponível em: <https://revistaibdfam.com.br/edicoes/pdf/18>. Acesso em: 20 maio 2023.

BERTONCINI, Carla; CAMPIDELLI, Laísa Fernanda. Análise sobre a devolução da criança e do adolescente no processo de adoção: danos psicológicos e a possibilidade de responsabilidade civil. **Revista de Direito de Família e Sucessão**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 78-98, jul.-dez. 2018. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/direitofamilia/article/view/5022/pdf>. Acesso em 13 jul. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL. [Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)]. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 17 maio 2023.

BRASIL. [Código Civil (2002)]. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. Turma). **Recurso especial 1698728/MS. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. ADOÇÃO. DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR E ABANDONO AFETIVO. CABIMENTO [...]**. Recorrente: A. C. da R. Recorrido: E. C. de S.; A. C. da R. Relator: Min. Moura Ribeiro. Relator para acórdão: Min. Nancy Andrighi. Data de Julgamento: 04 maio 2021. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201701550975&dt_publicacao=13/05/2021. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. Turma). **Recurso especial 1981131/MS. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RESPONSABILIDADE CIVIL. DESISTÊNCIA DE ADOÇÃO DEPOIS DE LONGO PERÍODO DE CONVIVÊNCIA. [...]**. Recorrente: J. P. M.; E. M. de A. M. Recorrido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Relator: Min. Paulo de Tarso Sanseverino. Data de Julgamento: 08/11/2022. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202200093990&dt_publicacao=16/11/2022. Acesso em: 22 jul. 2023.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 15. ed. Barueri: Atlas, 2021. E-book.

CNJ. **Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=cursel&select=clearall>. Acesso em: 6 set. 2023.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família**. 36. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022a. E-book.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. 36. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022b. E-book.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: famílias**, volume 6. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. E-book.

GAGLIANO, Pablo Stolze; BARRETTO, Fernanda Carvalho Leão. Responsabilidade civil pela desistência na adoção. **Revista Prática da Advocacia Catarinense**, Florianópolis, v. 1, p. 47-55, set. 2021. Disponível em: https://oabsc.s3.sa-east-1.amazonaws.com/arquivo/update/331_58_617abcaa47d41.pdf#page=47. Acesso em: 23 abr. 2023.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: direito de família**. 12. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022. E-book.

GONÇALVES, Thiago Oro Caum; PIAIA, Emili Bernardi. Responsabilidade civil pela “desadoção”. **Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**, v. 1, n. 32, p. 141-161, jan.-jun. 2023. Disponível em: <https://revistadpers.emnuvens.com.br/defensoria/article/view/538>. Acesso em: 21 abr. 2023.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

KATAVATIS, Kallyópe Nectários. Responsabilidade civil pela devolução e/ou desistência de crianças e/ou adolescentes adotados(as): análise sobre eventual mercantilização do ser humano no processo de adoção. **Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões**, Belo Horizonte, v. 54, n. 7, p. 176-196, nov.-dez. 2022. Disponível em: <https://revistaibdfam.com.br/edicoes/pdf/54>. Acesso em: 19 abr. 2023.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. Em defesa do superior interesse da criança como princípio constitucional e sua interpretação pelas cortes superiores no Brasil nas demandas de relações parento-filiais. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 6, p. 105-141, jan.-mar. 2013. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2580656/WEB_RMP-47_A2013.pdf. Acesso em: 6 set. 2023.

MADALENO, Rolf. **Direito de família**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book.

MATOS, Lucia Helena Ouvernei Braz de; ARAUJO, Litiane Mottamarins. Adoção e devolução no Brasil. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI. 27., 2018, Porto Alegre. **Direito de Família e das Sucessões II**. Florianópolis: CONPEDI, 2018. p. 218-235. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/34q12098/tei9ua38/E751aEc1ncvhNH9h.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.

BRAGA NETTO, Felipe; FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Novo tratado de responsabilidade civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das Famílias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça (8. Câmara Cível). **Apelação Cível 70079126850**. [...] AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PEDIDO DE ARBITRAMENTO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. ABUSO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA. DESISTÊNCIA DA ADOÇÃO [...]. Relator: Rui Portanova. Data de Julgamento: 04 abr. 2019. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/buscas/jurisprudencia/exibe_html.php. Acesso em: 11 ago. 2023.

REZENDE, Guilherme Carneiro de. A responsabilidade civil em caso de desistência da adoção. **Revista Jurídica do Ministério Público do Paraná**, Curitiba, a. 1, n. 1, p. 81-103, dez. 2014. Disponível em: https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/publi/mppr/revista_juridica_mppr_n01_2014.pdf#page=81. Acesso em: 15 jul. 2023.

SANDEL, Michael J. **Justiça: o que é fazer a coisa certa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça (3. Câmara Civil). **Agravo de Instrumento 40255281420188240900**. [...] AÇÃO DE INDENIZAÇÃO AFORADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. ALIMENTOS RESSARCITÓRIOS. DEVOLUÇÃO DE INFANTE ADOTANDO DURANTE ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA. INDENIZAÇÃO PLAUSÍVEL DESDE QUE CONSTATADA CULPA DOS ADOTANTES E DANO AO ADOTANDO [...]. Relator: Marcus Tulio Sartorato. Data de Julgamento: 29/01/2019. Disponível em: <https://busca.tjsc.jus.br/sg/n/4025528-14.2018.8.24.0900>. Acesso em: 12. ago. 2023.

SANTOS, Ingrid Cardoso; NASCIMENTO, Lavinia Oliveira do. Responsabilidade civil do adotante em casos de desistência no processo de adoção. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 5, p. 3050-3070, 2022. Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/5952>. Acesso em: 20 abr. 2023.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça (2. Câmara de Direito Privado. Apelação Cível 10012167720228260011. RESPONSABILIDADE CIVIL PELA DEVOLUÇÃO DE CRIANÇA ADOTADA [...]. Relator: Hertha Helena de Oliveira. Data de Julgamento: 31/01/2023. Disponível em: https://esaj.tjsp.jus.br/cjsj/getArquivo.do?conversationId=&cdAcordao=16413118&cdForo=0&uuidCaptcha=sajcaptcha_ac67544945be4b9aab9e6460755e1160&g-recaptcha-response=03ADUVZwBoaHCWYYo6uVc17McAP0vVVP94XybxE85938d-N1gG15hFL42eJezorgiTT6gllpldqErZ94Cw-TleSbWfgOfhr_1vw98BvZSPB5O-kXk603q9iXDGH2p-LIM47-pvfSth8yYXS0aKG_nUVojhoC2yhXKyqezWQPcyVFew4ODFJqDzbuAOSKv8F85wRI6AuOMxqw5cPqCPIDcHNzC2KJswK1hm85IA6c773WsQsAWfmx9CmUSV9IKR96CqtM_53UXmDkNTPN7g6rRMzskBu8wyqTSXZXPVYdJTMYL499CZuNbO3Wrhlbo3x5AH71DAjoQigE8sadOFwJYYG1mP-9hfFyE2sSAg8h_JBQ9FDP2uPVKzaXGqkj99yHpYRhzzLLINtsgnKV-AE_XezLCARdNob9jECJVdEz1V7MB77juQ7V0AQ4HCwa58qPE4u9BVIfwvh651b7IZtWJUfdt814fG2JmMqTGI7yXqqNeQgLLw6oLlnzQVvGTAsGgp7KO-q8owwqRjEo0VgzlbBu5SrVVly4m9drYMU1V2g9eSyZFgU3r6OLA. Acesso em: 12 ago. 2023.

SILVA, Isabelly de Castro Machado da. O processo de adoção na pandemia e as alternativas para menores em situação de abrigo durante a pandemia do COVID-19. **Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões**, Belo Horizonte, v. 42, n. 9, p. 118-133, nov./dez. 2020. Disponível em: <https://revistaibdfam.com.br/edicoes/pdf/42>. Acesso em: 22 abr. 2023.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil:** direito de família. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book.

TARTUCE, Flávio. **Responsabilidade civil.** 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

THOMÉ, Majoí Coquemalla. De devolução para reabandono: a criança como sujeito de direitos. **IBDFAM**, 2018. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1292/De+devolu%C3%A7%C3%A3o+para+reabandono:+a+crian%C3%A7a+como+sujeito+de+direitos#:~:text=N%C3%A3o%20h%C3%A1%20d%C3%BAvidas%20de%20que,passa%20%C3%A0%20condi%C3%A7%C3%A3o%20de%20filha>. Acesso em: 23 abr. 2023.